

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.850 - RJ
(2019/0130629-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : RUTH RAMOS
ADVOGADO : CHRISTIAN MONTEIRO RAFAEL - RJ138280

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela **União**, desafiando decisão da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial com base na aplicação da Súmula 182/STJ (fls. 417/418).

Em suas razões, a parte agravante alega que *"no caso, a hipótese é de conhecimento do agravo, porque a União impugnou de forma clara e detida a aplicação equivocada das sumula 83/STJ. Dito isso é possível verificar tal assertiva quando a União abre o capítulo referente à inexistência de indicação na decisão recorrida de jurisprudência apta a aplicar a súmula 83/STJ, veja: [...] Ora conforme se verifica a União foi clara em trazer impugnação à inexistência de indicação na decisão agravada de jurisprudência que indique o erro na interposição do recurso especial e que o Acórdão recorrido está de acordo com a orientação jurisprudencial deste STJ. Ou seja, no recurso de agravo a União demonstrou a errônea aplicação da sumula 83 por dois motivos: 1. Inexistência de indicação/citação de jurisprudência contrária às razões do recurso especial apta a ensejar a aplicação do óbice da súmula 83/STJ. Desta forma, a União foi clara ao impugnar especificamente a aplicação da sumula 83/STJ fundamentar o erro na indicação do respectivo verbete sumular para negar tramite ao recurso especial."* (fl. 425).

Ante as razões aduzidas, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 417/418.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

